

**A Educação do Campo no Brasil e suas interfaces com os Movimentos Sociais de luta
pela terra**

Rural Education in Brazil and its interfaces with Social Movements Fighting for lands

Ramofly Bicalho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Nova Iguaçu-Brasil
Isabella de Mello Leite
Secretaria Municipal de Educação de Queimados
Queimados-Brasil

Resumo

O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado defendida na UFRRJ (2020). Ele investigou o processo de consolidação da Educação do Campo no município de Nova Iguaçu-RJ. Temos como objetivo principal, refletir sobre a trajetória de luta por políticas públicas de Educação do Campo, na interface com os movimentos sociais de luta pela terra, garantindo o direito de todos os sujeitos, individuais e coletivos, à educação pública e de qualidade. O artigo traça a trajetória da educação rural e consolidação da Educação do Campo como política instituída. O texto aborda a relação intrínseca entre os Movimentos Sociais (MST e CPT) e a Educação do Campo. A metodologia empregada nesta pesquisa dialoga com a abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, a partir das legislações e diretrizes da Educação do Campo. Os resultados destacam a relevância dos movimentos sociais na luta histórica por políticas públicas de educação nos territórios rurais e o diálogo como fortalecimento da política de Educação do Campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Públicas.

Abstract

This article is an excerpt from the master's thesis defended at UFRRJ (2020). He investigated the consolidation process of Rural Education in the municipality of Nova Iguaçu-RJ. Our main objective is to reflect on the trajectory of the struggle for public rural education policies, in the interface with social movements fighting for land, guaranteeing the right of all subjects, individual and collective, to quality public education. The article traces the trajectory of rural education and the consolidation of Rural Education as an established policy. The text addresses the intrinsic relationship between Social Movements (MST and CPT) and Rural Education. The methodology used in this research dialogues with the qualitative, bibliographic and documentary approach, based on the legislation and guidelines of Rural Education. The results highlight the relevance of social movements in the historical struggle for public education policies in rural territories and dialogue as a strengthening of Rural Education policy.

Keywords: Rural Education; Social movements; Public policy.

1 Introdução

O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas em Educação do Campo, na estreita articulação com os movimentos sociais, numa perspectiva histórica e emancipadora, desenvolvida no PPGA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nosso objetivo principal foi compreender a trajetória de lutas por políticas públicas de Educação do Campo, na interface com os movimentos sociais de luta pela terra, garantindo o direito de todos os sujeitos, individuais e coletivos, à educação pública e de qualidade. A pesquisa documental foi desenvolvida, predominantemente, em acervos bibliográficos. Entre as fontes de investigação, utilizamos legislações, portarias, decretos e referenciais teóricos sobre a Educação do Campo nos movimentos sociais, em especial, Begnami, 2004; Gimonet, 2007; Freire, 2002; Molina, 2006 e Caldart, 2012. Apoiamo-nos numa perspectiva sociológica de investigação e explicação dos processos sociais de participação dos sujeitos camponeses, enquanto seres históricos e culturais.

A realidade histórica da educação rural brasileira, está diretamente vinculada às políticas verticalizadas, oriundas de cima para baixo. No entanto, elas ganham maior potência no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Civil-Militar (1964- 1985), períodos marcados por grande imposição do Estado, influenciados pelos organismos internacionais. Mesmo nessa conjuntura, importante ressaltar, apesar da forte concentração de terras no espaço agrário brasileiro, os camponeses não permaneceram inertes na defesa dos seus interesses. Criaram formas de organização e projetos de sociedade, oposto aos interesses da classe dominante. Nessa conjuntura, a Educação do Campo é criada na perspectiva de pensar a sociedade, sob a ótica da classe trabalhadora. Essa articulação questiona as políticas públicas vinculadas à educação rural no Brasil, com o objetivo principal de preparar, apenas, para o mercado de trabalho, enaltecendo os valores da educação conservadora.

Para compreendermos as condições precárias de vida no campo, analisaremos brevemente a trajetória da Educação do Campo, anterior à sua institucionalização, observando as políticas de educação rural, e assim, compreendermos as disputas entre os diferentes ideais de campo no Brasil. Historicamente, os sujeitos, individuais e coletivos, do campo, foram negligenciados em relação às políticas públicas sociais e os projetos que priorizavam o acesso, permanência e empoderamento dos estudantes nas escolas do campo. Para Liguori (2017), a relação entre cidade e campo é, geralmente, caracterizada

pelo desprezo, por parte da cidade, em relação a tudo que tenha a ver com o trabalho camponês. O olhar que os grandes centros urbanos possuem em relação ao campo, destacam a ignorância e o analfabetismo. Gramsci afirma, segundo Liguori (2017) que as características urbanas adquiridas são passadas, historicamente, por herança ou são absorvidas no desenvolvimento da infância e adolescência.

Importante sinalizar que o termo campo foi resultado de uma terminologia proferida pelos movimentos sociais, durante a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que seria utilizada futuramente, pelo governo e suas políticas públicas nos territórios rurais. Nesse sentido, apresentaremos neste artigo, o processo de conquista histórica acerca da Educação do Campo, considerando os seguintes tópicos: educação rural x Educação do Campo, trajetória da Educação do Campo como política instituída, movimentos sociais e Educação do Campo, em especial, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

2 Educação Rural X Educação do Campo

A educação rural nasceu inspirada na Pedagogia Nova que se consolida através de uma crítica à Pedagogia Tradicional (Saviani, 2007). Criada durante o governo de Getúlio Vargas, procurou delimitar o espaço geográfico entre urbano e rural, como se estes existissem independentemente, com políticas compensatórias específicas para o meio rural.

A educação rural ainda é uma realidade na atual conjuntura, apesar de todos os avanços legais da Educação do Campo, permanecendo a serviço do agronegócio, do latifúndio, do agrotóxico, dos transgênicos e da exportação, fortalecendo a mecanização e desvalorizando a agricultura familiar, orgânica e agroecológica, além das histórias de vida, identidades e memórias dos sujeitos camponeses. (Bicalho, 2017)

Paralelo ao avanço do conservadorismo na educação rural, os movimentos sociais nos anos de 1950 e primeira metade dos anos 60, se consolidaram com inúmeros projetos de alfabetização e grandes mobilizações acerca da educação popular e emancipação nacional (Ribeiro, 2010). Paulo Freire, em seu livro Pedagogia do Oprimido, sinalizou para dependência cultural da sociedade brasileira, dominada no âmbito educacional. No governo Jango (1961 – 1964) foi fortalecida a luta pela reforma agrária.

Nas políticas educacionais, Freire ganha espaço e influência no cenário nacional. A coragem de pôr em prática trabalhos acerca da educação libertadora, identificando a alfabetização, como processo de conscientização, fez de Freire um dos primeiros brasileiros

a serem exilados pelo golpe de 1964 e a ditadura militar, apresentada como saída para o avanço do comunismo no governo de João Goulart. Nesse momento político, o avanço das lutas no campo, através das ligas camponesas, apontava para algumas experiências de consolidação da educação libertadora.

A ditadura militar teve consequências gravíssimas para os movimentos sociais populares: perseguições políticas, exílios, torturas, entre tantos outros aspectos. Essa foi a conjuntura vivida pelos sujeitos, individuais e coletivos, do campo e da cidade, além dos movimentos de trabalhadores envolvidos nos projetos de educação popular e emancipação humana. A resistência à ditadura militar foi sempre uma constante em diversos setores da classe trabalhadora. A Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, contribuiu como espaço notável na luta pela educação emancipadora e os debates acerca da reforma agrária. Importante ainda sinalizar para efetiva participação do movimento estudantil e sindical, como por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; a resistência indígena, quilombola e camponesa, frente ao avanço das fronteiras agrícolas, a revolução verde e as incontáveis expropriações no campo, além dos movimentos educacionais, aqui representado, pela Pedagogia da Alternância e a educação popular, na luta por uma sociedade mais humana e igualitária.

Com a redemocratização, a rearticulação dos movimentos educacionais e sociais, se consolidam. E em 1984, é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado, atualmente, um dos maiores movimentos sociais de luta pela terra no mundo. Nesse contexto, inicia-se o processo de debates e homologação da Constituição Federal de 1988. A referida Constituição e a LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contribuíram para consolidar os princípios da Educação do Campo no Brasil. A adoção do termo “campo”, segundo seus idealizadores, além de trazer uma carga ideológica forte, visava mudanças estruturais na ótica da educação, como veremos no próximo tópico.

3 A trajetória da Educação do Campo como política instituída

A Educação do Campo nasceu das lutas dos movimentos sociais camponeses, em contraponto, à educação rural. Ela está vinculada aos trabalhadores do campo, sem-terra, como protagonistas na defesa da educação crítica e libertadora. Nessa perspectiva, é completamente diferente da educação rural, pois é construída com a diversidade dos

sujeitos, individuais e coletivos, do campo, em diálogo com seus territórios, práticas sociais e culturais. A Educação do Campo pode apresentar-se como garantia de ampliação das possibilidades camponesas de (re)criarem as condições de existência material no campo. Ela é estratégica na transformação da realidade dos sujeitos, em todas as suas dimensões.

Para Arroyo (2007), a Educação do Campo como projeto ideológico, se contrapõem à educação rural, associada aos conteúdos técnicos e mínimos para classe trabalhadora. A Educação do Campo nasce como tentativa de (re)construção educacional, a partir das lutas travadas pelos trabalhadores do campo e seus inúmeros movimentos sociais. Nesse diferencial básico de educação emancipadora, os movimentos sociais constantemente avançam em relação às lutas por direitos, refletindo na organicidade da escola do campo, construída de baixo para cima, dinâmica e democrática, com a participação dos educadores, educandos, pais e comunidades. A constituição de 1988 deu importantes contribuições na luta pelo direito à educação dos camponeses, oferecendo os meios jurídicos de sustentação das reivindicações pelos direitos sociais, no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, art 205).

Nesse contexto, o Estado tem o dever de prover a educação para todos, independente de cor, raça, sexo ou localização. Abre-se caminhos para efetivação de novas conquistas, por meio de intensas manifestações da sociedade, e nela, os movimentos sociais do campo, na luta por uma educação emancipadora que contemple a população camponesa e seu contexto político, social e cultural. Essas conquistas se revelam com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituindo em seu artigo 28, os seguintes direcionamentos para as escolas do campo:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

Apesar de ser uma conquista significativa na construção dos conteúdos curriculares, metodologias e projetos político-pedagógicos das escolas, com ênfase na necessidade do Estado cumprir com os seus deveres, o artigo 28 utiliza os verbos “adaptar” e “adequar”. Está evidente o caráter secundário da educação para os camponeses, supondo a concepção

urbanizada, sempre predominante. Por outro lado, importante reafirmar que as reivindicações históricas presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, contribuem para garantia de direitos. A escola, nesse sentido, deve ser organizada pelos sujeitos que, direta e indiretamente, residem, atuam, trabalham e contribuem no processo de formação e emancipação camponesa.

Vale ressaltar, nessa breve linha do tempo da Educação do Campo, a realização do I ENERA – Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, no ano de 1997. Este Encontro foi organizado pelo MST, em parceria, com outras entidades, como a Universidade de Brasília – UnB e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. O ENERA foi de extrema importância para o movimento da Educação do Campo, pois pensava a educação pública para os povos camponeses considerando todo contexto social e cultural. Segundo Caldart (2002), inúmeras reflexões e práticas pedagógicas foram discutidas e colocadas em pauta durante o ENERA. Deste encontro, surge a necessidade de organizar, de forma ampla, a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, com os diversos setores da sociedade civil.

Durante a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (1998) foram discutidas as condições de trabalho, escolarização, acesso e permanência nas escolas do campo, formação docente e modelos pedagógicos inovadores. A partir dessa discussão, percebe-se a necessidade de construção e valorização das histórias de vida e identidades dos sujeitos camponeses, historicamente, marginalizadas e abandonadas pelo poder público. Para Bicalho & Oliveira (2018), esta I Conferência enaltece os princípios da Educação do Campo, na estreita relação com os movimentos sociais, enfrentando a precarização da educação rural. Ela contribuiu ainda, para criação da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, também no ano de 1998, promovendo ações conjuntas de escolarização dos povos camponeses, em nível nacional. Segundo o autor:

Esta conferência é considerada um marco para o reconhecimento do campo, enquanto espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação. Nela foram debatidas as condições de escolarização face aos problemas de acesso, manutenção e promoção dos alunos, a qualidade do ensino; as condições de trabalho e a formação do corpo docente, além dos modelos pedagógicos de resistência que se destacam, enquanto experiências inovadoras do meio rural. A socialização desses modelos sinalizava a construção de uma proposta de Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. (Bicalho, 2017, p. 216)

Ainda em 1998, por meio da portaria 10/98, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele surge a partir dos debates coletivos do I ENERA, no seio das lutas por educação básica do campo, estampando demandas e ações educativas concretas nas áreas de reforma agrária. O programa priorizou, inicialmente, as ações de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Importante ressaltar a premissa básica de parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), universidades públicas e movimentos sociais do campo.

De acordo com o Manual de Operações (2004), o programa tem como objetivo fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, com metodologias voltadas para as especificidades do campo, além de contribuir na promoção do desenvolvimento sustentável. O PRONERA surge em função dos altíssimos índices de analfabetismo e baixa escolarização dos jovens e adultos, embora se considere também os demais níveis e modalidades de ensino.

Infelizmente a implementação dessas leis ocorrem de forma vagarosa ou, simplesmente, não ocorrem. Nesse sentido, é estratégico pensar numa perspectiva que problematize todo tradicionalismo pedagógico hegemônico no interior das escolas do campo, eliminando a dicotomia campo-cidade e a utilização das escolas urbanas, como diretrizes pedagógicas. Bicalho & Oliveira (2018) consideram que a realidade das escolas do campo para os sujeitos camponeses continua muito precária, mesmo com os avanços na legislação educacional. Por outro lado, a Educação do Campo, com essa denominação, traz em seu significado ideológico, projetos e fecundas reflexões acerca da produção crítica e emancipadora do conhecimento, contribuindo para o rompimento do imaginário social coletivo acerca da dicotomia campo-cidade.

Como podemos perceber, as legislações acerca da Educação do Campo ocorreram de forma lenta e insatisfatória. Apesar de aprovadas e legisladas, em algumas situações, elas não se fazem presentes na realidade das escolas. A Educação do Campo é mais que uma modalidade de ensino da educação básica. É uma importante política pública com o objetivo de garantir à população camponesa, direitos igualitários no que se refere à educação, geralmente garantidos para população urbana.

É válido elucidar novamente que a denominação campo não se refere, somente, à localização geográfica. Este debate privilegia a diversidade das questões históricas, sociais, políticas e culturais da população camponesa. Nesse sentido, após muitas lutas dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, a Resolução CNE/CEB 1, 03 abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhecendo o: modo de vida social e a utilização do campo como fundamentais, em sua diversidade para constituição da identidade da população rural e sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira (Brasil, 2002). As Diretrizes, no seu artigo 2º, se constitui como um:

Conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio, a Educação de jovens e adultos, a Educação especial, a Educação indígena, a Educação profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (Brasil, 2002).

Essa resolução entrou em vigor no mês de abril do ano de 2002, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano de 2008 é assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Ela estabelece as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo de qualidade, em diálogo com os movimentos sociais de luta pela terra. Em seu primeiro artigo, ela determina a amplitude de atendimento, bem como, seu público alvo:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (Brasil, 2008).

Em seus incisos, determina a responsabilidade dos Entes Federados de universalizar o acesso e a permanência nas escolas do campo com qualidade. Sinaliza para a urgente necessidade de atender a modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA no campo, considerando as especificidades de educadores e educandos, suas histórias, memórias e identidades, além de prever a garantia de acesso aos estudantes com necessidades especiais educativas, preferencialmente, nas escolas regulares.

§ 1º A Educação do Campo, de responsabilidade dos Entes Federados, que deverão estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, terá como

objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica.

§ 2º A Educação do Campo será regulamentada e oferecida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária.

§ 3º A Educação do Campo será desenvolvida, preferentemente, pelo ensino regular.

§ 4º A Educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria.

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular (Brasil, 2008).

Essa luta histórica em torno das políticas públicas de Educação do Campo, tem contribuído para consolidar um arcabouço jurídico e bastante significativo para os sujeitos, individuais e coletivos, do campo. Entretanto, para que tais diretrizes e demais legislações sejam colocadas em prática e não fiquem apenas na teoria, é necessária luta e resistência, das comunidades, movimentos sociais, secretarias de educação, universidades, escolas do campo, estudantes e professores.

Em 2003 houve a institucionalização do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em seguida, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), julho de 2004, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nesse momento, iniciou-se uma tentativa de articular as ações de inclusão social com a valorização da diversidade étnica e cultural brasileira. A constituição da SECAD traduz-se numa inovação institucional, pois, pela primeira vez, estão reunidos os programas de alfabetização e educação de jovens e adultos, além das coordenações de educação indígena, Educação do Campo e educação ambiental.

Esta estrutura permite a articulação dos programas de combate à discriminação racial e sexual com projetos de valorização da diversidade étnica (Brasil, 2004, p.1). A nova Secretaria aglutinou programas, projetos e ações, antes dispersas pelo Ministério, compondo dois departamentos: Educação de Jovens e Adultos e Educação para a Diversidade e Cidadania. Este último foi subdividido em cinco coordenações gerais: Educação Escolar Indígena; Diversidade e Inclusão Educacional; Educação do Campo; Educação Ambiental e Ações Educacionais Complementares. A concentração de programas com questões públicas, demandas e histórias tão distintas foi defendida com base na aposta de que seria possível, por meio dessa nova configuração, fortalecer o trabalho desenvolvido em cada área específica e transversalizar a perspectiva da diversidade para as demais

secretarias e ministérios. Encontrar a melhor forma de equacionar politicamente as várias demandas de grupos identificados com as situações de discriminação, exclusão social e cultural foi uma grande dificuldade também enfrentada pelos governos municipais e estaduais que se dispuseram trabalhar com as políticas antidiscriminatórias e/ou de valorização da diversidade cultural.

Outro desdobramento do PRONERA – que influenciou a concepção e a elaboração de novas políticas públicas foi o PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, esse programa surge da necessidade de implementar cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas superiores, sendo criado em 2007 em parceria MEC-SECAD, logo após as discussões travadas na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Ele foi configurado a partir da demanda dos movimentos sociais e implementado em quatro projetos piloto, desenvolvidos na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Sergipe (UFS).

Sua aprovação e reconhecimento manifesta-se pela necessidade de formação inicial para os educadores e educadoras do campo. O PROCAMPO compõe o eixo 2 do PRONACAMPO, de formação docente, juntamente com algumas ações de formação à distância. O programa contribui para fortalecer o debate em relação as políticas públicas educacionais e colaborar com questões que ainda não havia sido discutida pelo governo brasileiro, segundo Bicalho:

O sentido do Procampo é promover licenciaturas que tenham como princípio formar educadores através das áreas do conhecimento e não apenas os saberes fragmentados, habilitados por disciplinas, como ocorre na maioria das instituições de ensino superior. A formação docente por área de conhecimento pode atender aos anseios de educadores com o compromisso de emancipação dos povos camponeses. Os educadores do campo necessitam compreender a relevância do seu papel na elaboração de alternativas para organizar o trabalho escolar, enquanto prática social. (Bicalho, 2017, p. 218)

Uma das intenções do programa é possibilitar ao educador a capacidade de implementar e propor transformações necessárias à rede escolar que atenda à população camponesa. A necessidade de formação específica se torna necessária para garantia da execução de práticas coerentes e condizentes aos valores camponeses, que possa negar qualquer forma de opressão, valorizando a autonomia e compreendendo a atual realidade do campo brasileiro. Campo este que ainda é visto como extensão da cidade, forçado pelo modelo economicista atual - excludente.

Outro importante programa criado com o propósito de oferecer apoio financeiro às políticas no campo é o PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), lançado em 2012 e instituído, em 2013, pela portaria 86 de 01/02/2013. Esse programa foi proveniente de mobilizações de organizações e movimentos sociais. Trata-se de um momento histórico, já que foi a primeira vez em que, no âmbito do Estado brasileiro, se anunciou uma política estruturada de educação voltada para todos os grupos sociais que constroem suas condições materiais de existência do/no campo. Bicalho (2017) afirma que esta política evidencia que a luta pela Educação do Campo e pela reforma agrária transcende à luta pela terra, uma vez que compreende a ocupação de outros espaços. No PRONACAMPO, o objetivo principal é que todos os grupos sociais camponeses, tenham o direito de uma política pública de educação específica que os atendam. A ideia é universalizar programas de melhoria da Educação do Campo, na diversidade do campo brasileiro, contemplando os territórios indígenas, quilombolas, da reforma agrária, entre tantos outros. Essa reivindicação é histórica no movimento da Educação do Campo e já aparecia nos documentos finais da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. O programa é estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de professores, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e Infraestrutura Física e Tecnológica, tendo como objetivo ser um Conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política de Educação do Campo. Destinando-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo (Programa Nacional de Educação do Campo, 2012).

Consideramos que a luta pela Educação do Campo vai além das legislações. Ela se fundamenta através das práticas educativas e experiências reais desenvolvidas pelos sujeitos, individuais e coletivos. Para Bicalho (2017, p. 212), “romper com a educação rural é uma das prioridades da Educação do Campo. A mudança na compreensão desse conceito reflete muito mais que uma simples nomenclatura.”

4 Movimentos Sociais e Educação Do Campo

Nos tópicos anteriores apresentamos a trajetória da educação rural até a institucionalização da Educação do Campo, nos diversos contextos históricos brasileiros. Compreendemos, nesse contexto, a necessidade de enaltecer a devida importância dos

movimentos sociais de luta pela terra e suas práticas educativas de emancipação popular.

Os movimentos sociais defendem que o campo é muito mais que um espaço geográfico. Para eles, o campo vivencia lutas e conflitos políticos e sociais. O campo é o ponto de partida para inúmeras reflexões sociais. Para Bicalho (2017) o campo é um espaço culturalmente único, portador de tradições, místicas e singularidades. O homem e a mulher do campo são sujeitos construídos historicamente, com dimensões diferenciadas em relação aos centros urbanos. É possível compreender, de acordo com a linha do tempo apresentada no tópico anterior, que os movimentos sociais estão diretamente ligados às conquistas da Educação do Campo, fruto de lutas e embates em toda história da educação brasileira.

Durante todo histórico de lutas por políticas públicas de Educação do Campo, inúmeros movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra); FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura); CPT (Comissão Pastoral da terra); MPA (Movimentos dos pequenos Agricultores); MAB (Movimento dos atingidos por barragens); Caiçaras, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos entre outros, estiveram à frente desses conflitos, em defesa da educação popular e, em consonância com suas crenças, valores, histórias e memórias.

Como verificado na história do país, a política educacional, até então destinada para o campo, considerava este espaço a extensão da cidade, de modo que a instituição escolar, os currículos e os educadores foram levados dos centros urbanos para o campo. (Bicalho, 2017, p. 217)

É sobre essa mudança de paradigma que a Educação do Campo está envolvida. Nessa conjuntura, apresentaremos algumas estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT).

5 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agrupa diversos camponeses adeptos das lutas sociais pela terra, reforma agrária e valorização da agricultura familiar no Brasil. A luta do MST vai além da conquista da terra. Ela está diretamente ligada a vários outros setores de atuação: cultura, educação, produção, saúde e políticas agrícolas, por exemplo. Essa diversidade de atuação, legitima o movimento, num importante agente da ressocialização e desenvolvimento dos territórios camponeses no país.

A educação entrou na pauta do MST, em função da necessidade de escolarização infantil, juvenil e adulta dos militantes. Logo em seguida, o movimento percebeu que a

educação emancipadora poderia ser estratégica na formação crítica dos sujeitos. Nesse sentido, a educação se tornou uma das prioridades do MST, desde os primeiros acampamentos. Para Kolling, Vargas & Caldart (2012, p. 500/501), “a história da educação no MST tem relação direta com o percurso do movimento como um todo”. A luta pelo direito a educação e pelo acesso às escolas públicas, entra na agenda do MST logo nas primeiras ocupações, onde se percebe a necessidade do cuidado pedagógico e do acesso ao conhecimento para as crianças e jovens dos acampamentos. Para organizar a pauta, foi criado o Setor de Educação no MST, que teve como trajetória:

No início, na década de 1980, a visão da necessidade e do direito ia até a educação para crianças e adolescentes. Aos poucos, na década de 1990, destaca-se também a alfabetização e da educação de jovens e adultos, que, em experiências pontuais, também já acontecia desde os primeiros acampamentos. Depois, veio a preocupação e o trabalho com a educação infantil e, mais recentemente, com a educação universitária. Na educação de nível médio, o trabalho começou com cursos alternativos para a formação dos professores das escolas conquistadas, e logo se estendeu a formação de técnicos para as experiências de cooperação dos assentamentos. No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, começaram as lutas específicas pelo ensino médio nas áreas de Reforma Agrária ou, mais amplamente, pela conquista de escolas de educação básica, incluindo todas as suas etapas. (Kolling; Vargas; Cardart, 2012, p. 501)

A organização dos coletivos de educação, desde o nível local até o nacional, contribuiu com a tarefa de mobilização e reflexão sobre a educação popular, fortalecendo os princípios organizativos do MST em relação às questões sociais. Através das lutas, foi possível recolocar a educação dos povos camponeses na agenda do Ministério da Educação (MEC), das Secretarias e Conselhos estaduais e municipais de Educação. Inicialmente, a luta dos sem-terra por escolas do campo, estava restrita aos direitos sociais, porém, logo perceberam, que ter um lugar garantido na escola não era suficiente. De acordo com Vendramini (2007) as escolas tradicionais não foram organizadas para / com os sujeitos do campo. As pedagogias destas escolas, na maioria das vezes, não reconhecem a realidade e as especificidades dos territórios rurais. As crianças, os jovens e adultos dos territórios da reforma agrária precisavam sentir-se parte da escola, ser representado em sua própria pedagogia, histórias, memórias e reconhecimento identitário.

Trata-se da necessidade de lutar por uma escola que garanta o direito ao conhecimento, a ciência e a tecnologia, que amplie as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e comunidades, mas que, ao mesmo tempo, reafirme os povos do campo como sujeitos de seu próprio destino. Que reconheça o campo, como território privilegiado de valores, sonhos, expectativas e culturas específicas. Para isso, é necessário políticas públicas

que garantam escolas do campo com qualidade, educando a partir da diversidade dos sujeitos camponeses e seus contextos sócio-históricos.

A década de 1990 representou o fortalecimento do MST, embora, nesse contexto histórico, tenha prevalecido a coerção sobre os movimentos sociais. No entanto, a proposta de educação do MST é combativa e expressiva. Ela contribui com a perspectiva da luta de classes na Reforma Agrária.

No documento *Princípios da Educação no MST* (1996), encontramos cinco elementos que orientam a prática pedagógica no campo. Princípios filosóficos: **1. Educação para a transformação social.** A partir deste princípio filosófico, apontam-se algumas características essenciais na proposta de educação do MST: a) Educação de classe; b) Educação massiva; c) Educação organicamente vinculada ao Movimento Social; d) Educação aberta para o mundo; e) Educação para a ação; f) Educação aberta para o novo. **2. Educação para o trabalho e a cooperação.** Este princípio filosófico defende a estreita relação entre educação e escola, na luta pela Reforma Agrária, além dos desafios de implementação das novas relações de produção no campo e na cidade. **3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.** Neste princípio são apontadas dimensões importantes: formação política-ideológica; formação organizativa; formação técnico-profissional; formação do caráter ou moral; formação cultural e estética; formação afetiva e formação religiosa. Este princípio enaltece a formação omnilateral do ser humano, a partir das formulações de Karl Marx. **4. Educação com/para valores humanistas e socialistas.** Este princípio tem seu compromisso focado na superação da sociedade capitalista e a construção de novos valores que enalteçam os processos de transformação humana, além de novas relações sociais que visem a liberdade, a produção e apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade. **5. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.** Este princípio defende o potencial transformador da pessoa humana. Nesse sentido, a educação tem papel fundamental, desde que intencionalmente planejada e provocada.

Quanto aos princípios pedagógicos encontramos treze, descritos na seguinte ordem: 1. Relação entre prática e teoria; 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3. A realidade como base da produção do conhecimento; 4. Conteúdos formativos socialmente úteis; 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7. Vínculo orgânico entre

processos educativos e processos econômicos; 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9. Gestão democrática; 10. Autoorganização dos/das estudantes; 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12. Atitudes e habilidades de pesquisa; 13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

A compreensão que o Movimento possui acerca da educação, está diretamente relacionada com a transformação social dos sujeitos, na luta pela terra. Assim sendo, as escolas do campo nos territórios da reforma agrária, podem auxiliar na formação crítica e humana dos agricultores e agricultoras familiares, que não lutam apenas por terra.

5 Comissão Pastoral Da Terra (CPT)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada no ano de 1975, em plena ditadura militar, em Goiânia, como resposta à situação vivida pelos trabalhadores rurais, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ligada à Igreja Católica e vinculada à CNBB, manteve-se firme no período de repressão. Partes da Igreja Católica, a mesma que apoiou o golpe militar na crença de salvar o Brasil do comunismo, começa a se afastar do militarismo, impulsionada pela Conferência de Medellín. Iniciam-se as críticas ao paradigma ditatorial em vigor e a defesa de diversas lutas populares, dentre elas, a reforma agrária. A CPT foi criada para contribuir na luta e defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A Igreja, com todas as suas contradições, apoia as lutas dos trabalhadores do campo por reforma agrária durante a ditadura militar.

O período de redemocratização política da sociedade brasileira, farto de mobilização social, foi acompanhado por um “esfriamento” das discussões acerca da luta por reforma agrária, apesar das inúmeras mobilizações dos sindicatos de trabalhadores rurais. Diversos intelectuais, inclusive aqueles vinculados aos movimentos esquerdistas, passam a defender que a produção capitalista havia resolvido o problema da produção de alimentos e que a reforma agrária seria restrita à problemática social, diminuindo a importância econômica da luta pela terra. A resistência da CPT foi essencial para recolocar a reforma agrária nos debates sociais, econômicos e políticos. De acordo com seu site, a CPT se considera uma entidade de defesa dos direitos humanos relacionados à posse, permanência e trabalho na terra, em condição dignas. Importante ressaltar que as inúmeras ações da CPT,

possibilitaram a formação de lideranças e a criação de novos movimentos sociais, como por exemplo, o MST, baseados na ocupação do latifúndio improdutivo.

Ao longo da história do campo brasileiro, as políticas públicas educacionais foram pensadas de forma desigual, inferiorizada, residual e compensatória. O campo não foi pensado como espaço de vida pelo Estado. Nessa concepção de campo, bastava apenas o mínimo, saber ler. Para o camponês, era necessário apenas, copiar e reproduzir a força de trabalho necessário para sua sobrevivência. O reflexo desta lógica, foi a ausência de políticas que considerassem o modo de viver e se organizar das populações camponesas. Suas histórias de vida, memórias e reconhecimento identitário.

Nessa conjuntura, a Comissão Pastoral da Terra defende que as escolas do campo devem produzir conhecimentos que contribuam na socialização e emancipação humana. Escolas que colaborem na formação dos sujeitos, individuais e coletivos, do campo, direcionados para sustentação de projetos político pedagógicos que transponham os interesses e as necessidades imediatas, além das amarras corporativistas e conciliadoras com o capital na contemporaneidade.

6 Considerações finais

Importante ressaltar que, mesmo com tantos avanços nas políticas públicas de educação do campo, a realidade das escolas para população rural continua ainda muito precária. Nesse artigo, defendemos a construção de uma política de educação do campo, a partir do diálogo com as diversas esferas da gestão do Estado, os movimentos, organizações sociais e sindicais do campo brasileiro. Consideramos os seguintes eixos orientadores: diversidade étnico-cultural como valor, reconhecimento do direito à diferença, promoção da cidadania e construção de bases epistemológicas que busquem a superação da dicotomia campo-cidade. Essas ações podem implicar no fortalecimento da educação do campo, e nela, os movimentos sociais, a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e agroecológico (Bicalho, 2017).

Consideramos que a luta por uma educação do campo vai além do que prescreve a Constituição de 1988, a LDB 9.394/96, PRONERA, Diretrizes Operacionais, PROCAMPO e PRONACAMPO. Ela se constitui, fundamentalmente, pelos sujeitos, individuais e coletivos, do campo envolvidos com experiências e práticas educativas cotidianas. Importante reafirmar que as políticas públicas específicas reivindicadas pelo movimento da educação do campo têm sua gênese e sustentação no protagonismo das organizações e movimentos

sociais camponeses (Bicalho, 2017). À medida que se eleva a consciência do povo sobre seus direitos, novas políticas públicas são exigidas, justificando-se o fato de serem os movimentos sociais os mais engajados nessa luta. Segundo Arroyo (2007, p. 60): “*são esses movimentos os grandes educadores coletivos da nova consciência política dos direitos*”

Referências

ARROYO, Miguel. Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores(as) do Campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BICALHO, Ramofly. **História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais**. Teias v. 18 n. 51. 2017.

BICALHO, Ramofly; OLIVEIRA, Lia Maria Texeira **Políticas públicas em educação do campo: interfaces entre movimentos sociais e atores políticos institucionais**. RTPS –2018.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: Pronacampo**. Brasília/ DF: MEC, Março de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Manual de Operações – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Brasília, abril de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. SECAD. **Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002** – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008** – Institui Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento a Educação Básica do Campo. Brasília, 2008.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas** – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

CPT. **Histórico da Comissão Pastoral da Terra**. Fevereiro/2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em 04 jan. 2024.

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. MST e educação. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio

(Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 502-509.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MST. **História do Movimento dos Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 19 de abril de 2018. Acesso em 04 jan. 2024.

MST. Princípios da Educação no MST. São Paulo: MST (**Caderno de educação**, n. 8). 1996.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação, Liberdade, autonomia, emancipação**: princípios/fins da formação humana. Editora Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, 2007.

VENDRAMINI Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo - **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

Sobre os autores

Ramofly Bicalho

Professor Associado IV na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e no PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Atua com as seguintes temáticas: Políticas Públicas de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Educação Popular. E-mail: ramofly@gmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0571-6481>

Isabella de Mello Leite

Professora da Rede Pública Municipal de Nova Iguaçu e Orientadora Educacional de Queimados, Pedagoga, Especialista em Educação Básica pelo CPPII, Mestre em Educação de PPGEDUC – UFRRJ – 2018-2020, Doutoranda em Educação (2023) – PPGEDUC - UFRRJ. Coordenação Técnica Educação do Campo e Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Nova Iguaçu de 2018 a 2023. Coordenação e Implementação do Programa Escola em Tempo Integral - Secretaria Municipal de Queimados (2024) E-mail: Isabella.melloleite@gmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4774-9804>

Recebido em: 31/10/2024

Aceito para publicação em: 01/11/2024